



A ADOLESCÊNCIA E A JUVENTUDE

Eder Juscelino Oliveira de Freitas

Em uma abordagem histórica adolescência e juventude vêm sofrendo grandes transformações na última década, avanço econômico, tecnológico e social. O que acaba refletindo em novas necessidades e em novos conceitos para definir a adolescência e a juventude. Para tanto faz-se necessário um análise a partir da perspectiva do Censo Demográfico do IBGE.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, no Brasil, possuía uma porcentagem da população brasileira, formada por jovens entre 15 e 24 anos, ou 20% dessa população, o que totaliza 34 milhões de pessoas (IBGE,2000).

Dentro dessa visão, para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência constituiria um processo fundamentalmente biológico, durante o qual se aceleraria o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrangeria as idades de 10 a 19 anos, divididas nas etapas de pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos) e de adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos). Já o conceito juventude resumiria uma categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos (OMS/OPS, 1985)

Do ponto de vista legal no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA estabelece a adolescência entre 12 e 18 anos incompletos; o termo juventude não é referido.

Segundo FREITAS, M.V. (Org.) Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005; na designação do período juvenil, em determinados contextos e por usos instrumentais associados, o conceito se amplia para baixo e para cima, podendo estender-se entre uma faixa máxima que compreende desde os 12 aos 35 anos. Em algumas formulações de políticas públicas dirigidas para o setor juvenil, nos países ibero-americanos, verifica-se uma grande diferença na demarcação das faixas etárias.

Mas a população jovem nunca foi tão grande no Brasil, devidamente comprovada pelos dados do Censo 2010 (IBGE) apontam para uma população jovem de aproximadamente 50 milhões de brasileiros e brasileiras ou pouco mais de 25% da população do país, era formada por de jovens com idade entre 15 e 29 anos.

Atualmente, esta “onda jovem” se traduz em um fenômeno igualmente importante, denominado “bônus demográfico”, no qual o peso da população economicamente ativa supera o da população

dependente – crianças e idosos. Portanto, esse bônus torna-se um ativo importantíssimo na economia e cultura do país, o que também poderá se traduzir em desafios para a luta política na garantia de direitos.

Essa luta políticas de direitos inicia-se com o reconhecimento desses jovens como parte ativa da sociedade decorre do entendimento de que a juventude é uma etapa do ciclo da vida – para além de uma mera fase de transição ou formação – que carrega sentida em si mesma. De tal modo, marcando pela superação da condição anterior de dependência e proteção exigida pela infância e adolescência, é na juventude que o indivíduo processa de maneira mais intensa a conformação de sua trajetória, valores, e a busca de sua plena inserção na vida social.

Desse modo a juventude deve ser reconhecida como “sujeito de direitos” que demanda políticas públicas específicas, onde deve-se levar em consideração a diversidade juvenil, assim como a importância de políticas universais e específicas e a classificação de subgrupos etários foram se caracterizando como referência para a formulação de políticas de juventude em diferentes Ministérios e Secretarias do governo.

Políticas que se refletem no ambiente educacional como no todo, sendo necessário maior investimento no plano de atualização constante do corpo docente, de forma que sejam capazes de reconhecer essa adolescência com um ser que precisa de proteção para seu desenvolvimento e a juventude que necessita de motivação e voz, para se tornarem seres produtores.

Referência Bibliográfica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Disponível em: < www.ibge.gov.br>. Acesso em Abril de 2014.

FREITAS, M.V. (Org.) Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902010000200004> Acessada em Abril de 2014.

SILVA, Carla Regina e LOPES, Roseli Esquerdo Adolescência E Juventude: Entre Conceitos e Políticas Públicas. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, Jul-Dez 2009, v. 17, n.2, p 87-106. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/viewFile/100/65>> Acesso em Abril de 2014